

LEITURAS DE LITERATURA INFANTIL PELAS INSTÂNCIAS DE LEGITIMAÇÃO E PELAS CRIANÇAS: DISSONÂNCIAS OU CONSONÂNCIAS?

Cláudia de Oliveira Daibello¹

Ana Cristina Ayres Motta²

Cláudia Beatriz de Castro Nascimento Ometto³

Resumo: Neste texto propomos trazer à reflexão algumas questões referentes às instâncias de legitimação que classificam e selecionam livros infantis para serem lidos em escolas públicas, discutindo a forma como tais instâncias influenciam na recepção das obras no contexto escolar e nas práticas dos professores, promovendo leituras consonantes. Com base nos dados produzidos nas pesquisas em andamento, também destacamos as possibilidades das leituras múltiplas realizadas pelas crianças no contexto escolar, criando novos modos de compreender e manusear os livros, dissonantes das leituras previstas. Diante da atualidade do debate sobre a importância da escola na formação de leitores, acreditamos poder contribuir para a reflexão sobre o livro de literatura infantil, seus meios de produção e divulgação e as relações estabelecidas entre este, a escola e os leitores, no embate entre o que se espera e o que se produz, em termos de práticas situadas de leitura, na escola.

Palavras-chave: Livro infantil; instâncias de legitimação; práticas de leitura.

Introdução

O texto aqui apresentado é o recorte de uma pesquisa mais ampla, um projeto financiado pelo CNPq (Processo nº 401404/2016-1 – projeto-mãe)⁴ que se propõe a discutir a formação de leitores na educação básica. As reflexões que ora apresentamos fazem parte das pesquisas que vimos realizando através do grupo de pesquisa ALLE-AULA (Alfabetização, Leitura, Escrita e Trabalho Docente na Formação Inicial de Professores) da Faculdade de Educação – UNICAMP e que abordam a literatura infantil a partir de seu polo de produção (numa análise sobre um escritor brasileiro de literatura infantil), e do polo de recepção (através da análise de práticas de leitura de literatura por crianças em uma biblioteca escolar).

Nossa perspectiva ancora-se nos estudos da História Cultural, principalmente os desenvolvidos por Chartier (2001) em relação às práticas de leitura, e nas contribuições dos estudos de Bakhtin no campo da linguagem (2014) para a compreensão dos discursos e práticas efetivamente vividas pelos sujeitos.

Do polo da produção, ao refletirmos sobre a literatura infantil, não podemos deixar de considerá-la, assim como qualquer produção cultural, como uma criação que necessita da validação de “*instâncias de legitimação*” que atestem sua qualidade, facilitando sua recepção junto ao público e, conseqüentemente, seu sucesso no mercado editorial (ABREU, 2006, p. 44). Para ser reconhecida como literatura e, principalmente, como literatura *de qualidade*, uma obra não precisa apenas de qualidade estética, mas “precisa ser reconhecida por intelectuais, pela

¹ Mestre em Educação e Doutoranda pela Universidade Estadual de Campinas. E-mail: claudiadaibello@yahoo.com.br.

² Pedagoga e Mestre em Educação pela Universidade Estadual de Campinas. E-mail: acayresmotta@gmail.com.

³ Professora Doutora do Departamento de Educação, Conhecimento, Linguagem e Arte da Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas. E-mail: cbometto@yahoo.com.br.

⁴ As pesquisas vinculadas ao projeto-mãe estão amparadas pela aprovação do CEP/UNICAMP sob o nº do CAAE 71272217.1.0000.5404.

crítica, por júris de concursos, organizadores de programas públicos de incentivo à leitura, ou por instituições ou entidades respeitáveis” (FERREIRA, 2006, p. 139).

Para abordar a questão das instâncias de legitimação, trataremos nesse texto sobre duas importantes instituições brasileiras que atuam na seleção e divulgação de livros infantis, ambas reconhecidas por atestar a qualidade de títulos que chegam às mãos das crianças, principalmente através da escola. São elas: PNBE (Programa Nacional Biblioteca da Escola) e FNLIJ (Fundação Nacional do Livro Infantil e Juvenil).

Em relação ao PNBE, trata-se de uma política pública criada em 1997 com “o objetivo de promover o acesso à cultura e o incentivo à leitura” por meio da distribuição de livros de literatura e de pesquisa às escolas brasileiras. Atualmente o programa atende a todas as escolas públicas de educação básica cadastradas no Censo Escolar com acervos anuais, independente do seu contingente de alunos⁵.

O edital para aquisição das obras é elaborado pelo FNDE, que estabelece regras para inscrição, avaliação e apresentação das obras a serem adquiridas pelas empresas detentoras dos direitos autorais. Este edital, que é publicado no Diário Oficial da União e disponibilizado na internet, convoca as editoras para a pré-inscrição. Nessa etapa, o livro já é indicado para a categoria à qual irá concorrer, não podendo concorrer em mais de uma categoria.

A seleção dos livros é orientada por três critérios, a saber: qualidade textual, qualidade temática e qualidade gráfica. São avaliados a estruturação narrativa e o vocabulário condizente com a faixa etária do leitor; a diversidade temática relacionada aos diferentes contextos sociais e culturais; a qualidade estética das ilustrações e o uso de recursos gráficos adequados à criança na etapa inicial de inserção no mundo da leitura.

A Fundação Nacional do Livro Infantil e Juvenil - FNLIJ - foi criada em vinte e três de maio de 1968 e “constitui-se como uma instituição de direito privado, de utilidade pública federal e estadual, de caráter técnico-educacional e cultural, sem fins lucrativos, com sede na cidade do Rio de Janeiro”. A FNLIJ é apresentada com a missão de promover a leitura e divulgar o livro de qualidade para crianças e jovens, por meio de bibliotecas escolares, públicas e comunitárias, tendo como princípio: Valorizar a leitura e o livro de qualidade; divulgar a produção brasileira de livros de qualidade para crianças e jovens; contribuir para formação leitora dos educadores, bibliotecários ou pais e valorizar a biblioteca da escola e a pública, como locus para o processo democrático à cultura escrita e mantenedora da prática de leitura⁶.

O prêmio FNLIJ foi criado em 1974, com a categoria “O Melhor para Criança”. Atualmente, a premiação conta com as seguintes categorias: Criança; Jovem; Imagem; Tradução; Informativo; Poesia; Revelação (escritor); Revelação (ilustrador); Projeto Editorial; Melhor Ilustração; Livro Brinquedo; Teatro; Teórico; Reconto e Literatura de Língua Portuguesa.

Os acervos de obras recomendadas pela FNLIJ se organizam em três grupos: *básico*, cuja lista de livros é utilizada para orientar a compra de acervos por secretarias de Educação, escolas e bibliotecas; *altamente recomendável*, que se trata de uma seleção feita a partir do acervo básico de aproximadamente dez livros por categoria, e o FNLIJ, que é a distinção máxima concedida aos melhores livros por categoria.

No polo da recepção das obras, principalmente no contexto escolar, destinatário exclusivo das obras selecionadas pelo PNBE e cujo acervos de leitura são formados em grande parte por autores e obras consagradas, geralmente aquelas premiadas em concursos como os promovidos pela FNLIJ, os ecos da legitimidade destas instâncias se fazem sentir, especialmente nos discursos e práticas dos professores.

⁵ FONTE: <<http://portal.mec.gov.br/programa-nacional-biblioteca-da-escola>>. Acessado em: 01 de Junho de 2018.

⁶ FONTE: <<http://www.fnlij.org.br/site/o-que-e-a-fnlij.html>>. Acessado em: 17 de junho de 2018

Ao analisarmos os critérios de seleção de livros por professores, no contexto de uso de uma biblioteca escolar, a questão da valorização de autores e obras reconhecidas fica bastante evidente. Em entrevistas⁷ realizadas com os professores e nas sessões de observação da pesquisa de campo⁸, alguns autores são frequentemente destacados, o que demonstra uma preocupação dos professores em disponibilizar obras para as crianças com qualidade validada por estas instâncias.

Autores como Ana Maria Machado, Ruth Rocha, Sylvia Orthof e Tatiana Belinky são citados com frequência, tanto pelas professores como pela coordenadora pedagógica, quando se referem à opções de leitura que buscam para realizar com os alunos.

A quantidade de exemplares disponíveis no acervo da biblioteca escolar é outro fator relevante na escolha dos professores, por uma questão de caráter mais prático que pedagógico: a quantidade de obras de determinado autor no acervo possibilita que todos os alunos possam ter acesso às obras e permite ao professor trabalhar de forma coletiva. Também há uma percepção de que os autores com mais obras disponíveis no acervo da biblioteca são mais consagrados, pois teriam maior representatividade no polo de produção editorial e seriam, portanto, mais indicados para serem lidos pelos alunos.

Desse modo, podemos dizer que, no polo da recepção, há uma influência por parte das instâncias de legitimação no que se refere à disponibilidade de obras nos acervos (uma vez que o acesso de professores e alunos a livros é na maioria das vezes restrito ao acervo das bibliotecas escolares) e também a uma percepção generalista por parte dos docentes sobre a qualidade das obras relacionada à quantidade de exemplares de um determinado autor. Tal influência interfere nos critérios de escolha dos professores e produz consonâncias nas leituras realizadas entre estas instâncias e a escola.

A questão da recepção, porém, não se restringe às escolhas dos professores, e não pode deixar de considerar as práticas e opções das crianças nos usos destes acervos. Desconhecendo os critérios de escolha das instâncias de legitimação e, com pouca compreensão dos motivos da seleção por parte dos professores de determinados autores ou obras, as crianças nos revelam muitos conhecimentos sobre os modos de selecionar livros para leitura, que remetem a comportamentos e práticas típicos de leitores assíduos, familiarizados com estratégias sociais e culturais de leitura.

Em conversas na biblioteca, por exemplo, os alunos são capazes de citar rapidamente vários procedimentos de seleção, como a observação da capa, as ilustrações e o título do livro, indicadores comuns para os leitores hábeis. Além destas questões, observa-se que as relações que as crianças estabelecem entre si enquanto leitoras também tem forte influência sobre seus critérios de escolha: basta que um colega comente sobre um livro para que este se torne o mais disputado entre todos os outros, o que revela características comuns de comunidades de leitores.

A procura por títulos é realizada a partir do interesse por um livro que se quer reler e se lembra vagamente o nome; a descrição de uma história é utilizada quando se quer localizar um texto lido pela professora e que se quer ler individualmente; a leitura da sinopse na contracapa é utilizada para se obter mais informações sobre uma obra que não se conhece mas que chamou atenção pelo título ou pela capa. Um autor é procurado a partir de alguma menção da professora ou de um nome visto na televisão ou na internet.

Os enunciados e práticas dos alunos indiciam que, para eles, os critérios de seleção dos livros estão relacionados ao *que se quer ler*, aos seus gostos e interesses, extrapolando quaisquer referências a obras ou autores culturalmente legitimados. Sua atuação enquanto leitores e o modo como explicam suas opções de leitura demonstram conhecimentos de uma prática social que é repleta de significado para eles e que atende às suas necessidades pessoais, mesmo diante

⁷ Foram realizadas 3 entrevistas de cerca de 2 horas cada.

⁸ Foram realizadas 21 sessões de observação com cerca de 2 horas cada em uma classe de 2º ano. As observações foram registradas em diário de campo da pesquisadora.

de situações em que estas são restritas por acervos pré determinados e direcionadas por objetivos pedagógicos e organizacionais da rotina escolar.

Consideramos, portanto, que as instâncias de legitimação como as apresentadas nesse texto, tem grande influência na validação de obras e de autores, determinando em grande parte a composição dos acervos das bibliotecas escolares brasileiras e interferindo nos critérios de escolha dos professores, influenciando nas opções de livros que são destacados e trabalhados em sala de aula, o que produz consonâncias nas leituras realizadas entre estas instâncias e a prática docente.

Por outro lado, nossas análises nos permitem afirmar que, mesmo envolvidos em práticas de leitura e discursos que valorizam determinadas obras e autores, e tendo à sua disposição acervos que se configuram a partir de determinada concepção de literatura de qualidade, as práticas de leitura de literatura vivenciadas pelas crianças no contexto escolar extrapolam tal concepção, relacionando-se muito mais às suas experiências como leitores, que compartilham em determinado grupo seus interesses e gostos.

Nesse sentido, as práticas das crianças representam dissonâncias sobre a leitura de literatura e possibilitam repensar as práticas pedagógicas, considerando-as não a partir de conteúdos ou concepções legitimadas a priori, mas de acordo com interesses e necessidades de cada grupo leitor.

Referências

ABREU, Márcia. *Cultura letrada: literatura e leitura*. São Paulo: Editora Unesp, 2006.

BAKHTIN, Mikhail Mikhailovich. *Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem*. Tradução de Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira. 16 ed. São Paulo, SP: Editora Hucitec, 2014.

CHARTIER, Roger. (Org.). *Práticas da leitura*. 2 ed. São Paulo, SP: Estação Liberdade, 2001.

FERREIRA, Norma Sandra de Almeida (Org.). Livros infantis: uma estratégia editorial. In: _____. *Livros, catálogos, revistas e sites para o universo escolar*. Campinas, SP: Mercado de Letras: Associação de Leitura do Brasil, 2006.